

Projeto Básico Ambiental (PBA) LT CC ± 800 kV Xingu / Estreito e Instalações Associadas

P.07 – Programa de Comunicação Social Durante a Construção

| Equipe Responsável pela Elaboração do Programa | | | |
|--|--------------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Responsável | Formação | Registro Profissional | Cadastro Técnico Federal – IBAMA |
| Márcia Eliana Chaves | Socióloga | DRT 979/87 | 2492389 |
| Rafaella Ferraz Ziegert | Bacharel em Ciências Políticas | - | - |
| Ana Maria Iversson | Socióloga | DRT-28084 | 460134 |

| Controle de Revisão | | | |
|---------------------|------------|--|---------------------------------------|
| Revisão | Data | Descrição | Responsável/ Empresa |
| 1 | 16/09/2015 | Atendimento ao Parecer 003625/2015-33/COEND/IBAMA | JGP Consultoria e Participações Ltda. |
| 2 | 05/10/2015 | Atendimento ao Parecer 003992/2015-37/COEND/IBAMA | JGP Consultoria e Participações Ltda. |
| | | | |

P.07 – Programa de Comunicação Social Durante a Construção

1. Introdução/Justificativa

O Programa de Comunicação Social Durante a Construção foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e está sendo detalhado agora como parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) da LT CC ± 800 kV Xingu / Estreito e Instalações Associadas. Além das medidas já propostas no EIA, este programa foi elaborado em consonância com as diretrizes do IBAMA, considerando as condicionantes da Licença Prévia Nº 506/2015, de 20/05/2015, e Parecer Técnico 02001.01888/2015-16 COEND/IBAMA.

O Programa de Comunicação Social Durante a Construção tem início na fase de planejamento do empreendimento, e terá continuidade durante toda a fase de construção. O Programa permitirá a interação entre todos os atores sociais envolvidos nessas fases do empreendimento, de maneira a reduzir impactos e conflitos potenciais identificados para o traçado recomendado. A comunicação prevista para a fase de operação é detalhada em medida do Programa de Gestão Socioambiental da Operação.

O Programa busca atender à necessidade de manter a população informada sobre o empreendimento, com destaque para as interferências que poderão ocorrer direta ou indiretamente em seu cotidiano, e atender às expectativas e demandas associadas à sua implantação. O atendimento à necessidade da população de receber informações sobre o empreendimento, seus impactos e medidas adotadas, permitirá o estabelecimento de um processo organizado de interlocução entre o empreendedor e partes interessadas intervenientes, possibilitando, quando necessário, a reavaliação das ações ambientais empreendidas e em andamento.

Em função da necessidade de manter canais de comunicação adequados com todas as partes interessadas que habitam as áreas de influência da LT CC ± 800 kV Xingu / Estreito e Instalações Associadas, o Programa de Comunicação Social Durante a Construção apoia praticamente todos os demais programas integrantes do PBA, uma vez que as ações preventivas, mitigadoras ou compensatórias previstas nesses Programas devem ser de amplo conhecimento de todos.

Nesse entendimento, o Programa está relacionado a impactos identificados no EIA, tendo caráter preventivo e mitigador dos mesmos. Entre os impactos identificados, o Programa de Comunicação Social Durante a Construção contempla medidas para prevenção/mitigação dos seguintes:

- Risco de indução da exploração da vegetação remanescente adjacente com a criação ou melhoria de acessos terrestres;
- Interferências com a operação de vias locais, rodovias e ferrovias durante a construção;
- Apropriação da capacidade de vias locais durante a construção;
- Adequação de vias existentes;
- Sobrecarga provisória sobre a infraestrutura física dos municípios (locais para disposição de lixo, hotéis, restaurantes, supermercados, bancos);

- Aumento da demanda por infraestrutura de saúde durante a construção;
- Aumento da demanda por outras infraestruturas sociais durante a construção (educação e segurança pública);
- Perda de produção agrícola;
- Geração de empregos diretos e indiretos durante a construção;
- Geração de empregos diretos e indiretos durante a operação;
- Interferência com direitos minerários já concedidos ou em concessão;
- Imposição de faixa de restrição à ocupação do solo;
- Interferência com navegação fluvial (rio Araguaia);
- Aumento no nível de arrecadação pública local;
- Risco de atração de empreendimentos informais;
- Transtornos em função da necessidade de relocação de moradias e benfeitorias;
- Impactos na qualidade de vida induzidos por atividades nas frentes de obra;
- Impactos na qualidade de vida induzidos por atividades vinculadas à mobilização e operação dos canteiros de obras;
- Alterações na paisagem;
- Aumento do consumo de bens e serviços em comunidades lindeiras;
- Risco de conflito entre a mão de obra contratada e a população local;
- Geração de expectativas;
- Risco de acidentes com o tráfego de construção nas frentes de obra;
- Risco de acidentes com o tráfego gerado em função da mobilização e operação dos canteiros de obras;
- Interferências com comunidades quilombolas em processo de certificação/regularização; e
- Interferência em zona de amortecimento de Unidade de Conservação.

A responsabilidade pela implementação do presente Programa será da BMTE, com ações executadas pela sua equipe de Comunicação Social. No entanto, durante a execução das campanhas de divulgação local, algumas ações serão executadas pelas empresas Construtoras, sob a supervisão da BMTE.

Cabe ressaltar que desde o início da concepção do projeto a BMTE vem desenvolvendo ações de comunicação junto às partes interessadas, incluindo visitas às prefeituras e distribuição de *folders*.

1.1. Base Legal e Normativa

Este Programa foi elaborado com base legal e normativa, seguindo, por exemplo, as leis e normas a seguir:

- Constituição Federal de 1988. Em seu Título VIII – da Ordem Social, Capítulo VI – do Meio Ambiente, Art. 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

- Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
O seu Art. 4º (V) estabelece que a Política Nacional do Meio Ambiente visa à divulgação de dados e informações ambientais para a formação de consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.
- Agenda 21. Em seu Capítulo 40, determina, em suma, que no processo do desenvolvimento sustentável, tanto o usuário quanto o provedor de informação, devem melhorar a disponibilidade da informação.

2. Objetivos

O principal objetivo do Programa de Comunicação Social Durante a Construção é o estabelecimento e a manutenção de mecanismos adequados de comunicação entre a BMTE e todas as partes interessadas no Projeto, propiciando tanto a difusão de informações, de forma a garantir a transparência das ações do empreendedor, como o recebimento de sugestões e críticas. Portanto, o Programa pressupõe mecanismos participativos, visando à interação e acompanhamento do empreendimento pelos atores sociais da sua área de influência.

Os objetivos específicos do Programa de Comunicação Social Durante a Construção são detalhados a seguir:

- Divulgar com total transparência, tanto junto aos colaboradores internos quanto ao público externo, os objetivos do empreendimento, o traçado aprovado, os impactos potenciais das obras da LT e instalações associadas, os programas de controle ambiental das obras, as medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias propostas nos vários Programas do PBA, e os canais de contato para esclarecimentos e recebimento de reclamações;
- Instaurar um procedimento de recebimento e resposta a sugestões, críticas, consultas e/ou reclamações;
- Apoiar outros Programas Ambientais nas suas necessidades de comunicação social e consulta pública;
- Reduzir a geração de falsas expectativas sobre o empreendimento;
- Estabelecer um relacionamento de confiança com as comunidades a serem afetadas de maneira mais direta;
- Contribuir, por meio da comunicação, para a minimização de eventuais impactos potenciais associados à implantação do empreendimento; e
- Repassar informações sobre o empreendimento à população residente no seu entorno imediato, incluindo, entre outras, informações sobre o cronograma de implantação, os procedimentos a serem adotados para instituição da faixa de servidão e a previsão de contratação de mão de obra.

3. Metas

A meta principal do Programa de Comunicação Social Durante a Construção é gerenciar todas as ações de comunicação com as partes interessadas e intervenientes nas fases de planejamento e implantação da LT.

As demais metas específicas do Programa são:

- Realizar campanhas de divulgação durante as obras, com foco na descrição do avanço das frentes de trabalho e na programação de abertura de novas frentes, envolvendo a realização de atividades em cada município afetado;
- Elaborar materiais midiáticos em linguagem simples, concisa e acessível ao público-alvo prioritário, veiculados através de diferentes meios de comunicação;
- Divulgar os canais de comunicação com o empreendedor;
- Implantar e gerenciar um Sistema de Atendimento a Consultas e Reclamações, fornecendo esclarecimento a todas as solicitações;
- Encaminhar aos setores competentes, dentro das 48 horas após recebimento, todas as reclamações recebidas;
- Encaminhar as respostas aos interessados em até 72 horas no caso das demandas e questionamentos mais simples;
- Encaminhar as respostas aos interessados em até dez dias no caso das demandas e questionamentos mais complexos, que requeiram levantamento de dados, consulta jurídica, entre outros complicadores, podendo o prazo ser ampliado, desde que justificado;
- Apoiar as atividades de implantação e divulgação de resultados de outros programas integrantes do PBA.

4. Público-alvo

O público-alvo do Programa deve abranger todas as partes interessadas das áreas de influência do empreendimento, que se dividem nos seguintes grupos:

- Moradores e proprietários com terras atravessadas pelo empreendimento (LT e Linhas de Eletrodo);
- Comunidades próximas à LT (localizadas na faixa de 2 km no entorno do traçado).
- Localidades onde serão implantados canteiros de obra principais e auxiliares.
- Lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil organizada das comunidades e áreas urbanas mais próximas ao empreendimento (faixa de 2 km no entorno da LT);
- Quaisquer outros grupos que atuam nas comunidades e áreas urbanas mais próximas ao empreendimento;
- Representantes do Poder Público municipal;
- Comunidade escolar de bairros mais próximos aos canteiros de obra principais e auxiliares.

5. Área de Abrangência

As comunidades mais indicadas para realização das atividades do Programa são aquelas localizadas no corredor com largura de 2 km, sendo 1 km para cada lado do eixo da LT, além das localidades e bairros do entorno de canteiros principais e auxiliares instalados nos seguintes municípios/localidades:

Principais:

- Anapu – PA (canteiro do Trecho 1)
- Marabá-PA (Vila União) (Trecho 2)
- Floresta do Araguaia – PA (canteiro do Trecho 3)
- Paraíso do Tocantins – TO (canteiro do Trecho 4)
- Gurupi – TO (canteiro do Trecho 5)
- Cocalzinho de Goiás – GO (canteiro do Trecho 6)
- Ipameri – GO (canteiro do Trecho 7)
- Monte Carmelo – MG (canteiro do Trecho 8)

Auxiliares:

- Novo Repartimento (Vila Novo Brasil/PA) (Trecho 1)
- Novo Repartimento (Vila Vitória da Conquista/PA) (Trecho 2)
- Curionópolis/PA (Trecho 2)
- Sapucaia (Trecho 2)
- Conceição do Araguaia/PA - Distrito Vila Oito/TO (Trecho 3)
- Juarina/TO (Trecho 3)
- Goianorte/TO (Trecho 3) Dueré/TO (Trecho 4)
- Dueré/TO (Trecho 4)
- Cristalândia/TO (Trecho 4)
- Abreulândia/TO (Trecho 4)
- Porangatu/GO (Trecho 5)
- Uruaçu/GO (Trecho 6)
- Silvânia/GO (Trecho 7)
- Ouvidor/GO (Trecho 8)
- Perdizes/MG (Trecho 8)
- Sacramento/MG (Trecho 8)

6. Metodologia / Atividades a serem Desenvolvidas

Inicialmente, será selecionada uma equipe especializada para execução das atividades do Programa de Comunicação Social Durante a Construção.

Na sequência, será elaborado um Plano de Trabalho, detalhando a metodologia a ser utilizada e cada etapa do cronograma de atividades. A metodologia do Programa seguirá quatro fases para interagir com as diversas partes interessadas:

- Divulgação Prévia da Implantação da LT e do Processo de Licenciamento;
- Divulgação Dirigida Vinculada ao Processo de Estabelecimento da Faixa de Servidão;
- Divulgação Local da Evolução de Frentes de Obra e Interferências com a População;
- Atendimento a Consultas e Reclamações.

A população localizada na área de implementação do Programa é composta por grande variedade de pessoas em diferentes níveis de escolaridade, faixa etária e classe social. Portanto, a comunicação social adotará linguagem específica direcionada, adequando-se a cada grupo de relacionamento. O Programa focará em ações de comunicação social que considerem as especificidades locais e os impactos gerados pelo empreendimento, e que utilizem um mesmo referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento da gestão socioambiental do empreendimento.

Os distintos públicos-alvo receberão mensagens com linguagem e conteúdo diferenciados, assim como as ferramentas de comunicação a serem utilizadas serão adaptadas de acordo com suas características socioculturais e com os resultados esperados em relação aos mesmos.

As ações a serem desenvolvidas no âmbito do Programa de Comunicação Social Durante a Construção objetivam assegurar o estabelecimento de condições para a consecução de um processo de participação social. As atividades deverão permitir que todos os segmentos, organizados ou não, possam expressar as suas opiniões.

6.1. Divulgação Prévia da Implantação da LT e do Processo de Licenciamento

A divulgação prévia da implantação da LT e do processo de licenciamento durante a fase de planejamento tem como objetivo fornecer à população, através de um conjunto de ações, as informações pertinentes a respeito da implantação da LT e instalações associadas.

Nesta fase de divulgação, as ações de comunicação são direcionadas para todos os públicos-alvo, uma vez que trata dos assuntos e informações gerais sobre o licenciamento e o empreendimento.

A BMTE deverá estabelecer, na medida do possível, um relacionamento de confiança com a população das áreas de influência do empreendimento, principalmente com as comunidades a serem afetadas de maneira mais direta.

As duas atividades que compõem esta fase são:

- Realização de Audiências Públicas em municípios estratégicos;
- Realização de reuniões informativas com representantes do Poder Público dos municípios que pedirem maiores informações sobre o empreendimento.

Nessa fase, as informações divulgadas têm como foco os temas a seguir:

- Objetivo e justificativa das obras;
- Características das obras;
- Aspectos de segurança;
- Cronograma geral de implantação;
- Procedimentos para estabelecimento da faixa de servidão;
- Previsão de ocupação de mão de obra; e
- Informações sobre os meios de encaminhamento de consultas e reclamações.

Esta fase envolve ainda a elaboração de materiais informativos em formato de folhetos e boletins informativos, com informações resumidas sobre os principais temas de interesse das partes interessadas.

A primeira atividade durante a fase pré-constructiva compreende as ações de divulgação legalmente exigíveis como parte do processo de licenciamento ambiental (Audiências Públicas).

As Audiências Públicas sobre a LT CC ±800 kV Xingu / Estreito e Instalações Associadas já foram realizadas entre os dias 06 e 09/04/2015. O Relatório que evidencia a realização das audiências foi protocolado no IBAMA no dia 06/05/2015 (ver protocolo no **Anexo 1**).

A programação e a localização das Audiências Públicas foram definidas em conjunto com o órgão licenciador, considerando critérios estratégicos e a participação da maior quantidade possível das partes interessadas afetadas.

Além dos meios de divulgação aprovados no Plano de Comunicação Social Prévia às Audiências Públicas, foram feitos contatos diretos com a população das quinze (15) comunidades próximas à LT, localizadas na faixa de 2 km no entorno do traçado. Nas visitas feitas a estas comunidades foram preenchidas fichas de identificação, entregues convites pessoais para comparecimento nas Audiências Públicas e prestadas informações sobre o transporte gratuito fornecido pelo empreendedor, e entregue folder informativo sobre o empreendimento e sobre o objetivo das Audiências Públicas. Também receberam convites para as Audiências Públicas todas as Prefeituras Municipais, Sindicatos e Associações dos municípios da AII, Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e Comunidade Quilombola Pombal.

A segunda atividade da Divulgação Prévia compreende a realização de Reuniões Técnicas com os municípios que demandarem maior esclarecimento sobre o empreendimento, ou que não puderam comparecer às Audiências Públicas. Foram realizadas duas reuniões técnicas com os municípios de Cariri do Tocantins/TO e Xinguara/PA, ambas no dia 15/05/2015. O relatório que evidencia a realização dessas reuniões foi protocolado no IBAMA em 19/05/2015 (ver protocolo no **Anexo 2**).

6.2. Divulgação Dirigida Vinculada ao Processo de Estabelecimento da Faixa de Servidão

O empreendedor se orientará, segundo aplicável, pelo disposto no Artigo 9º da Resolução ANEEL N° 560/2013 quanto à divulgação de informações junto aos proprietários a serem afetados para estabelecimento da faixa de servidão administrativa.

Desta forma, sem prejuízo da visita realizada às 15 comunidades localizadas no entorno do traçado com o objetivo de divulgar o empreendimento e convidar esta população para as Audiências Públicas, durante o processo de realização do Cadastro Físico das propriedades a serem afetadas (ver medida M.16.01 - Realização do Cadastro Físico de Propriedades do P.18 - Programa para Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações), todos os proprietários afetados são contatados individualmente pela equipe do fundiário, que divulga as informações sobre o empreendimento da forma prevista no Programa P.18.

O processo de negociação das propriedades está em curso desde antes do protocolo do requerimento de Licença de Instalação (LI), como já informado ao IBAMA pela BMTE. Dessa forma, na fase atual já se encontram negociadas 1.356 propriedades com área interferida pela faixa de servidão, o que corresponde a 48% do total de 2.852 propriedades. Estão em negociação 1.216 propriedades (42%) e 280 (10%) correspondem a travessias. A seguir estão descritos esses dados detalhados por município.

| Município | Nº Total | Negociado | | Em Negociação | | Travessia | | % total |
|--------------------------|----------|-----------|----|---------------|-----|-----------|----|---------|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % | |
| Abadiânia | 24 | 10 | 42 | 11 | 46 | 3 | 13 | 100 |
| Abreulândia | 10 | 4 | 40 | 6 | 60 | | | 100 |
| Alexânia | 55 | 24 | 44 | 28 | 51 | 3 | 5 | 100 |
| Alvorada | 15 | 4 | 27 | 9 | 60 | 2 | 13 | 100 |
| Anapu | 124 | 96 | 77 | 25 | 20 | 3 | 2 | 100 |
| Araxá | 9 | 4 | 44 | 5 | 56 | | | 100 |
| Barro Alto | 27 | 4 | 15 | 21 | 78 | 2 | 7 | 100 |
| Barrolândia | 14 | 8 | 57 | 6 | 43 | | | 100 |
| Bernardo Sayão | 32 | 24 | 75 | 5 | 16 | 3 | 9 | 100 |
| Campinorte | 31 | 9 | 29 | 21 | 68 | 1 | 3 | 100 |
| Campo Alegre | 10 | 7 | 70 | 2 | 20 | 1 | 10 | 100 |
| Catalão | 38 | 17 | 45 | 19 | 50 | 2 | 5 | 100 |
| Chapada de Areia | 17 | 13 | 76 | 4 | 24 | | | 100 |
| Cocalzinho | 32 | 17 | 53 | 14 | 44 | 1 | 3 | 100 |
| Conceição do Araguaia | 64 | 28 | 44 | 25 | 39 | 11 | 17 | 100 |
| Corumbá | 25 | 14 | 56 | 9 | 36 | 2 | 8 | 100 |
| Couto de Magalhães | 40 | 13 | 33 | 22 | 55 | 5 | 13 | 100 |
| Cristalândia | 37 | 24 | 65 | 9 | 24 | 4 | 11 | 100 |
| Curionópolis | 89 | 16 | 18 | 71 | 80 | 2 | 2 | 100 |
| Divinópolis do Tocantins | 1 | | | 1 | 100 | | | 100 |
| Divisa de estados PA/TO | 8 | 6 | 75 | | | 2 | 25 | 100 |

| Município | Nº Total | Negociado | | Em Negociação | | Travessia | | % total |
|---|-------------|-----------|-----|---------------|-----|-----------|-----|------------|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % | |
| Divisa mun. Curionópolis/Sapucaia - PA | 1 | | | 1 | 100 | | | 100 |
| Divisa mun. Bernardo Sayão/Juarina - TO | 2 | 1 | 50 | | | 1 | 50 | 100 |
| Divisa mun. Itupiranga/Marabá - PA | 1 | | | | | 1 | 100 | 100 |
| Divisa mun. Marabá/Parauapebas - PA | 1 | 1 | 100 | | | | | 100 |
| Divisa mun. Rio Maria/Floresta do Araguaia - PA | 1 | | | | | 1 | 100 | 100 |
| Dois Irmãos do Tocantins | 79 | 53 | 67 | 23 | 29 | 3 | 4 | 100 |
| Douradoquara | 29 | 19 | 66 | 9 | 31 | 1 | 3 | 100 |
| Estrela do Norte | 25 | 11 | 44 | 13 | 52 | 1 | 4 | 100 |
| Floresta do Araguaia | 85 | 41 | 48 | 35 | 41 | 9 | 11 | 100 |
| Goianorte | 66 | 55 | 83 | 9 | 14 | 2 | 3 | 100 |
| Ibiraci | 2 | | | 2 | 100 | | | 100 |
| Ipameri | 25 | 8 | 32 | 15 | 60 | 2 | 8 | 100 |
| Itupiranga | 35 | 11 | 31 | 24 | 69 | | | 100 |
| Itupiranga/Marabá | 1 | 1 | 100 | | | | | 100 |
| Juarina | 46 | 14 | 30 | 22 | 48 | 10 | 22 | 100 |
| Mara Rosa | 29 | 15 | 52 | 12 | 41 | 2 | 7 | 100 |
| Marabá | 111 | 77 | 69 | 33 | 30 | 1 | 1 | 100 |
| Marabá/Itupiranga | 3 | 2 | 67 | 1 | 33 | | | 100 |
| Monte Carmelo | 114 | 58 | 51 | 56 | 49 | | | 100 |
| Monte Santo do Tocantins | 30 | 15 | 50 | 14 | 47 | 1 | 3 | 100 |
| Nova Iguaçu do Goiás | 14 | 1 | 7 | 12 | 86 | 1 | 7 | 100 |
| Novo Repartimento | 194 | 58 | 30 | 136 | 70 | | | 100 |
| Orizona | 85 | 77 | 91 | 7 | 8 | 1 | 1 | 100 |
| Ouvidor | 171 | 38 | 22 | 6 | 4 | 127 | 74 | 100 |
| Pacajá | 79 | 51 | 65 | 28 | 35 | | | 100 |
| Pacajá/Novo Repartimento | 1 | | | 1 | 100 | | | 100 |
| Paraíso do Tocantins | 18 | 10 | 56 | 8 | 44 | | | 100 |
| Parauapebas | 44 | 27 | 61 | 15 | 34 | 2 | 5 | 100 |
| Patrocínio | 58 | 36 | 62 | 22 | 38 | | | 100 |
| Pequizeiro | 30 | 16 | 53 | 10 | 33 | 4 | 13 | 100 |
| Perdizes | 70 | 27 | 39 | 43 | 61 | | | 100 |
| Pium | 20 | 12 | 60 | 7 | 35 | 1 | 5 | 100 |
| Porangatu | 96 | 35 | 36 | 46 | 48 | 15 | 16 | 100 |
| Rio Maria | 27 | 2 | 7 | 21 | 78 | 4 | 15 | 100 |
| Sacramento | 74 | 39 | 53 | 35 | 47 | | | 100 |
| Sacramento/Ibiraci | 1 | | | 1 | 100 | | | 100 |
| Santa Rita do Novo Destino | 6 | | | 6 | 100 | | | 100 |
| Santa Rita do Tocantins | 143 | 53 | 37 | 67 | 47 | 23 | 16 | 100 |
| Santa Tereza de Goiás | 25 | 12 | 48 | 10 | 40 | 3 | 12 | 100 |
| Sapucaia | 29 | 13 | 45 | 15 | 52 | 1 | 3 | 100 |
| Silvania | 56 | 34 | 61 | 19 | 34 | 3 | 5 | 100 |

| Município | Nº Total | Negociado | | Em Negociação | | Travessia | | % total |
|----------------|-------------|-------------|-----------|---------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % | |
| Talismã | 18 | 4 | 22 | 13 | 72 | 1 | 6 | 100 |
| Tapira | 3 | 2 | 67 | 1 | 33 | | | 100 |
| Três Ranchos | 15 | 7 | 47 | 7 | 47 | 1 | 7 | 100 |
| Uruaçu | 65 | 18 | 28 | 43 | 66 | 4 | 6 | 100 |
| Urutaí | 15 | 14 | 93 | 1 | 7 | | | 100 |
| Urutaí/Ipameri | 2 | 1 | 50 | 1 | 50 | | | 100 |
| Vianópolis | 28 | 22 | 79 | 6 | 21 | | | 100 |
| Vila Propício | 56 | 18 | 32 | 32 | 57 | 6 | 11 | 100 |
| Xinguara | 21 | 5 | 24 | 15 | 71 | 1 | 5 | 100 |
| Total | 2852 | 1356 | 48 | 1216 | 43 | 280 | 10 | 100 |

Fonte: BMTE.

Com base nisso, as reuniões coletivas a serem realizadas no âmbito dessa medida têm como foco os proprietários dos trechos ainda não negociados. Com a definição da quantidade de proprietários que ainda não participaram dos entendimentos de negociação, poderão ocorrer reuniões com os proprietários para apresentação do traçado da linha e discussão sobre os procedimentos a serem adotados para implantação da faixa de servidão.

Em atendimento ao Parecer 02001.003625/2015-33 COEND/IBAMA, a liderança na proposição das reuniões coletivas com os afetados deverá ser assumida pela equipe de Comunicação Social, e não pela equipe do fundiário.

Nesse sentido, e a critério da equipe que implementa o Programa de Comunicação Social Durante a Construção, deverão ser realizadas reuniões com grupos de interessados, sendo que os convites deverão ser individuais, garantindo que todos os proprietários que ainda não participaram das negociações sejam convocados. Os resultados dessas reuniões, sempre que realizadas, serão apresentados ao IBAMA. Para tanto, a equipe de comunicação social da consultoria contratada será responsável diretamente pelo acompanhamento e serviços de comunicação necessários para a promoção e divulgação dos resultados das reuniões técnicas que envolvem as equipes do fundiário, aproveitando a presença de um número maior de participantes, em função do interesse gerado pela questão das indenizações, para divulgar informações sobre o empreendimento.

Para realização dessas reuniões, o P.07 prevê as seguintes ações:

- Subdivisão do traçado em trechos com negociação concluída e com negociação pendente;
- Subdivisão dos trechos com negociação pendente em subtrechos em função da logística de planejamento das reuniões e número de proprietários;
- Preparação de convites a partir de lista de endereços preparada pela equipe do fundiário responsável por cada trecho;
- Distribuição dos convites por correio, com AR, indicando data da reunião, local, pauta, etc.;

- Realização das reuniões;
- Documentação das reuniões.

Nessas reuniões, caberá à equipe do fundiário apresentar informações sobre a normativa aplicável ao estabelecimento da faixa de servidão, critérios de valoração, e procedimentos adotados na negociação, além de responder às dúvidas dos presentes relacionadas ao processo de negociação e formação da faixa de servidão. Contribuirá também com informações sobre as propriedades a serem afetadas e o cronograma para estabelecimento da faixa de servidão, indicando claramente a previsão das datas limites para negociação amigável e o cronograma previsto para as desapropriações eventualmente necessárias.

Por sua vez, a equipe de comunicação social será responsável por apresentar o projeto da LT, explicando a sua importância no contexto do Sistema Interconectado Nacional (SIN), descrevendo e justificando esse traçado e apresentando o cronograma das obras. Terá o encargo de fornecer informações sobre os impactos socioambientais relacionados ao empreendimento e esperados para as fases de implantação e operação, e as medidas compromissadas pelas Construtoras e pela BMTE para prevenir, controlar, mitigar e/ou compensar esses impactos. Essa equipe de comunicação social será responsável, também, por apresentar aos presentes o Mecanismo de Atendimento a Reclamações e procedimentos que serão seguidos em caso de danos causados à propriedade fora da faixa de servidão.

Na fase em que se encontra o empreendimento, esse contato individual já foi estabelecido para grande parte do traçado pela equipe do fundiário, tendo sido distribuído um *folder* explicativo sobre o empreendimento (ver *folder* “Conhecendo a LT” no **Anexo 3**). A negociação da faixa de servidão junto aos proprietários vem sendo conduzida pela BMTE, com alto índice de sucesso na negociação amigável.

Ademais, durante toda a fase de construção, os afetados poderão encaminhar consultas e reclamações por meio dos canais de comunicação com o empreendedor, conforme previsto na medida 6.5, adiante.

Nos contatos individuais e nas reuniões coletivas deverá ser distribuído, aos proprietários afetados, material informativo, no qual deverão ser indicadas as etapas do processo de negociação.

6.3. Divulgação Local da Evolução de Frentes de Obra e Interferências com a População

Durante a fase de construção, a gestão das relações com as comunidades mais próximas às frentes de obra será de responsabilidade da BMTE, da equipe do Programa de Comunicação Social Durante a Construção e com informações disponibilizadas pelas empresas Construtoras, além de outras ações realizadas por estas últimas.

Serão divulgados aspectos técnicos e programáticos sobre a implantação da LT, informações sobre as medidas de controle de impactos e outros aspectos exigíveis das

empresas Construtoras, além do esclarecimento de dúvidas das comunidades diretamente afetadas pelas frentes de obra.

As atividades de divulgação local a serem realizadas pela equipe de Comunicação Social no âmbito desta medida, com informações recebidas das Construtoras, serão realizadas por meio da distribuição trimestral de boletins, com assuntos específicos de cada Trecho de obra, que poderão incluir:

- Divulgação da abertura de frentes de obra e das interferências;
- Divulgação sobre a programação e avanço das frentes de trabalho e início de atividades em novos locais;
- Divulgação sobre o andamento dos Programas Socioambientais do PBA do empreendimento.

Além dos boletins, a equipe de comunicação social deverá distribuir panfletos, afixar cartazes e fazer contatos diretos com a população vizinha, para divulgações mais pontuais.

Ressalta-se que os boletins deverão ser encaminhados a todos os proprietários e ocupantes atingidos pelo empreendimento.

As atividades de divulgação local a serem realizadas pelas empresas Construtoras, em contato direto nas frentes de obra, sob a supervisão da BMTE, incluem:

- Divulgação prévia dos programas de uso de vias e acessos locais e alterações na circulação, utilizando os mesmos instrumentos citados anteriormente, com orientação para circulação de veículos e pedestres;
- Divulgação prévia do uso de explosivos (caso necessário) e coordenação de atividades de evacuação;
- Divulgação sobre interrupções programadas no fornecimento de serviços públicos.

Em atendimento ao Parecer Técnico 02001.01888/2015-16 COEND/IBAMA, o empreendedor instalará placas informativas nas torres próximas a comunidades e nas travessias de rodovias e estradas de grande circulação. Nessas placas constará o número do telefone da Ouvidoria do empreendimento (0800 007 9199), o endereço eletrônico disponibilizado pelo empreendedor (meioambiente@bnte.com.br), além de dados sobre o empreendimento, incluindo Nome da LT, Nome da Concessionária, entre outras informações relevantes. Especificamente no caso das placas afixadas nas torres próximas a comunidades, estas também incluirão o número de identificação da torre.

Além dessas informações, as Construtoras divulgarão, nas áreas de apoio, as necessidades de contratação de mão de obra e os procedimentos de recrutamento.

Em todas as frentes de obra, as empresas Construtoras deverão contar com um profissional apto para repassar as informações demandadas pela empresa de consultoria. A consultoria irá dispor de um inspetor ambiental para atender, supervisionar e instruir os procedimentos adequados a demandas de comunicação social para as comunidades

do entorno, frentes de obra, munícipes e transeuntes.

Sob orientação e supervisão da Consultoria responsável, algumas perguntas poderão ser respondidas diretamente pelas Construtoras, por exemplo, duração das obras em determinado local, interferência com tráfego local, ou geração de ruído em excesso, enquanto outras deverão ser encaminhadas à BMTE para análise e resposta, de acordo com o procedimento estabelecido na atividade de Atendimento a Consultas e Reclamações. Caso tenha qualquer ocorrência de caráter excepcional nas proximidades das comunidades é importante informar a equipe de comunicação social, para que a publicidade dessa ocorrência não prejudique a comunicação entre as partes interessadas. Da mesma forma as comunidades deverão ser orientadas sobre os meios de comunicação existentes para seu contato com as Construtoras e com a equipe da BMTE.

A comunicação social é de fundamental importância para evitar conflitos com a população local. O trato com as comunidades deve ser feito de maneira cuidadosa, a fim de respeitar os seus modos de vida. Nesse sentido, as interferências em propriedades de terceiros, interrupção de acessos, alteração na circulação, disponibilidade de vagas de emprego, capacitação da mão de obra, devem ser divulgadas pela equipe de comunicação social, respeitando as situações locais e as especificidades dos grupos sociais que as compõem.

Para que esse relacionamento com a comunidade seja estabelecido, serão identificadas as lideranças das comunidades mais próximas às frentes de obra, as quais serão envolvidas nessas ações de comunicação social, a fim de que seja construída uma rede de contatos.

6.4. Comunicação Voltada à Divulgação dos Impactos Esperados com a Implantação e Operação do Empreendimento e das Medidas Compromissadas pelo Empreendedor

Serão realizadas exposições itinerantes nos municípios que compõem a Área de Influência Indireta do empreendimento, com o objetivo de divulgar os impactos e riscos identificados no EIA (JGP, 2015) para as fases de construção e operação da LT e suas instalações associadas, bem como as medidas compromissadas pelo empreendedor para prevenir, mitigar, controlar e/ou compensar esses impactos e riscos.

Essas exposições serão realizadas nas Prefeituras dos municípios, bem como em escolas localizadas em bairros mais próximos aos canteiros de obra principais, nos municípios onde for prevista a instalação dos mesmos.

Para realização dessas exposições será feito contato com as Prefeituras e escolas, de forma a verificar se as mesmas têm interesse nesse tipo de evento, e, caso positivo, para planejar a divulgação e viabilizar a logística.

Neste contato será verificado junto às Prefeituras os mecanismos de divulgação da exposição. Para o envio de convites será solicitado às Prefeituras que disponibilizem lista de contatos, caso haja, para envio de mala direta pela equipe de comunicação social

da BMTE. Averiguar-se-á também se os locais dispõem de sala ou espaço que possa ser disponibilizado para este fim por um período de 3 dias, e se a instituição dispõe dos equipamentos necessários para veicular o material de comunicação audiovisual a ser disponibilizado.

O planejamento do evento será feito com 1 mês de antecedência à data prevista para sua realização. Nesta fase serão disponibilizados convites por mala direta com listagem de convidados que a Prefeitura e/ou a unidade escolar pretenda que participe da apresentação. Os convites serão enviados com 15 dias de antecedência da realização do evento.

Na data programada um representante da comunicação social irá até o local e disponibilizará um kit composto por cartaz/*banner* e mapas ilustrando o empreendimento, os quais serão instalados por este representante no local autorizado pela Prefeitura ou escola. Serão também entregues folhetos explicativos sobre o empreendimento, que ficarão disponíveis nesses locais para distribuição à população interessada. Durante essas exposições, esse representante da comunicação social ficará à disposição da comunidade para sanar dúvidas que possam surgir. A exposição terá duração de três dias, sendo o conjunto de cartazes/*banners* e mapas recolhido ao final deste período, para instalação em outro município, conforme a programação dessas exposições.

Essas exposições deverão ocorrer no período compreendido entre o 7º e o 15º mês de construção, depois de um período inicial para organização da logística, elaboração dos materiais e contato com as Prefeituras, para verificar o seu interesse em receber a atividade. Além disso, as exposições serão programadas para ter início após a realização de parte dos DRP previstos no Programa de Educação Ambiental, através do qual serão obtidos subsídios sobre as indagações mais frequentes da população local, que deverão ser respondidas por meio dos eventos.

Em alguns municípios onde a logística e o cronograma permitirem, as exposições itinerantes poderão ser realizadas em conjunto com a atividade de Educação Patrimonial do Programa P.11, que deverá ser desenvolvida em todos os 71 municípios da Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, conforme exigência do IPHAN.

6.5. Atendimento a Consultas e Reclamações

O procedimento de Atendimento a Consultas e Reclamações a ser implantado como parte do Programa de Comunicação Social Durante a Construção abrange dois públicos: os trabalhadores contratados e as comunidades, moradores, e proprietários afetados.

Desde o início do Programa de Comunicação Social Durante a Construção, a BMTE disponibilizará um Sistema de Atendimento a Consultas e Reclamações, funcionando como uma ouvidoria específica para a implantação da LT.

Todas as consultas e reclamações serão respondidas atendendo a uma meta temporal, conforme solicitado no Parecer Técnico 02001.01888/2015-16 COEND/IBAMA. De

acordo com o já estabelecido na Seção 3.0 deste Programa, as respostas às demandas e aos questionamentos mais simples recebidos serão encaminhadas aos interessados em até 72 horas. Já as respostas às consultas e demandas mais complexas, ou seja, aquelas que requeiram levantamento de dados, consulta jurídica, entre outras questões que demandem maior tempo, serão encaminhadas aos interessados em até dez dias, podendo ter seu prazo ampliado, desde que justificado.

Será mantido um registro das consultas e reclamações, e das respostas dadas às mesmas, em um Banco de Dados permanentemente atualizado. As estatísticas consolidadas das consultas e reclamações serão periodicamente analisadas pelo empreendedor e, quando forem verificados problemas de desinformação, os responsáveis pela elaboração de conteúdos para divulgação serão acionados, de forma a adequar os mesmos.

O banco de dados dos registros e respostas da ouvidoria será encaminhado como anexo ao relatório de acompanhamento deste programa, de forma que a equipe técnica do IBAMA possa verificar o tratamento dado às questões. O banco de dados deve conter o registro do prazo dispendido para elaboração e fornecimento da resposta, assim como a avaliação do grau de satisfação sobre a resposta dada.

Em todo o material de divulgação sobre o empreendimento serão incluídos, para conhecimento dos cidadãos: um endereço convencional para envio de correspondência, um número de telefone para atendimento imediato e um endereço eletrônico para recebimento de demandas, consultas, reclamações e sugestões. Desses canais de comunicação previstos, o empreendedor já disponibilizou o endereço eletrônico, meioambiente@bmte.com.br, e o número 0800 007 9199, que fornece atendimento gratuito para todos, de forma anônima.

Além desses recursos, a parcela do público-alvo composta pelos trabalhadores contratados terá caixas de sugestões distribuídas nos canteiros de obras, por meio das quais poderá encaminhar suas reclamações e sugestões. A gestão dessas caixas de sugestões será realizada pelas Construtoras, que responderão às questões relacionadas a elas e encaminharão à BMTE as consultas e reclamações direcionadas ao empreendedor.

7. Indicadores de Desempenho

Seguindo a lógica de cumprir as metas propostas, seguem os indicadores de desempenho propostos para o Programa de Comunicação Social Durante a Construção:

- Número de atividades e eventos realizados;
- Número de materiais de divulgação produzidos e distribuídos;
- Número de reclamações, críticas, sugestões respondidas;
- Número e variedade de meios de comunicação utilizados pelo Programa;
- Tempo mínimo e máximo de tempo decorrido entre as reclamações e as respostas aos reclamantes;
- Atividades realizadas em relação às previstas; e

- Identificação do grau de informação da população da área de influência em relação ao empreendimento.

Estes indicadores serão apresentados e abordados nos relatórios semestrais.

8. Etapas / Prazos

As atividades do Programa de Comunicação Social têm início na fase de planejamento, e permanecerão ativas durante toda a fase de construção. No quadro abaixo, os números são indicativos dos meses necessários à construção da LT CC \pm 800 kV Xingu / Estreito e Instalações Associadas (21 meses para a LT e 30 meses para as Estações Conversoras), sendo que o primeiro mês (1) deve ser considerado como referente ao mês de aprovação do PBA, como mostra o cronograma a seguir.

A divulgação prévia do empreendimento e do processo de licenciamento, da fase de planejamento, está em andamento, com grande parte das atividades já realizada. O atendimento a consultas e reclamações será realizado durante toda a etapa de obra. Para a fase de operação do empreendimento, a comunicação social é prevista na medida **Comunicação Social Durante a Operação**, incluída no **Programa de Gestão Socioambiental da Operação**.

| LT CC ±800 KV XINGU / ESTREITO E INSTALAÇÕES ASSOCIADAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------|-------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|-------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-------|----|----|----|----|----|----|----|----------|--|
| CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Descrição | Ações Prévias | Ano 1 | | | | | | | | | | | | Ano 2 | | | | | | | | | | | | Ano 3 | | | | | | | | | |
| | | Mês | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | Operação | |
| OBRAS ESTAÇÕES CONVERSORAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Implantação do canteiro de obras | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Operação do canteiro de obras | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Supressão de vegetação e limpeza da área | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Movimentação de Terra | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fundações e Bases para Equip. e Edificações | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Edificações | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sistema de Drenagem e Caixa Separadora | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Montagens Eletromecânicas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pavimentação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Testes e Comissionamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Desmobilização do canteiro e limpeza geral | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS LT | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Implantação dos canteiros de obras | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Operação dos canteiros de obras | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Acessos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Supressão de vegetação e limpeza da Faixa de Servidão | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fundações das Torres | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Montagem das Estruturas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lançamento dos Cabos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Revisão Final, Testes e Comissionamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Desmobilização dos canteiros | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| P.07 – Programa de Comunicação Social Durante a Construção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Divulgação Prévia da Implantação da LT e do Processo de Licenciamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Divulgação Dirigida Vinculada ao Processo de Estabelecimento da Faixa de Servidão | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Divulgação Local da Evolução de Frentes de Obra e Interferências com a População | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Comunicação Voltada à Divulgação dos Impactos Esperados com a Implantação e Operação do Empreendimento e das Medidas Compromissadas pelo Empreendedor | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Atendimento a Consultas e Reclamações | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Relatórios Semestrais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

9. Relatórios

Os processos de acompanhamento e avaliação dos resultados do Programa serão realizados pela equipe de Comunicação Social, com vistas à verificação da qualidade geral dos resultados obtidos com a implementação das atividades, e no atendimento de especificações e prazos previstos. Isso será feito através da elaboração de Relatórios Semestrais, que consolidarão os resultados das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa.

Todos os materiais utilizados e as ações desenvolvidas serão analisados em função da quantidade de material utilizado e de participantes, dos resultados brutos obtidos nas análises e/ou campanhas realizadas no período.

Para elaboração dos relatórios de atividades semestrais serão elaboradas planilhas de acompanhamento de cada uma das atividades desenvolvidas, contendo local da ação/atividade, responsáveis pela condução do evento, quantidade de pessoas atingidas/participantes, quantidade de material distribuído. Serão elaborados formulários para serem preenchidos pelos participantes, que deverão conter a avaliação de desempenho e alcance da atividade desenvolvida.

Os Relatórios Semestrais contemplarão:

- Atividades desenvolvidas no período;
- Avaliação qualitativa e quantitativa das metas e indicadores estabelecidos;
- Adequações/alterações nas ações realizadas, com as devidas justificativas;
- Registro fotográfico de todas as atividades;
- Equipe técnica responsável;
- Apresentação do material didático e visual utilizado;
- Evidências da participação dos integrantes de cada palestra, oficina ou reunião estruturada desenvolvida, com lista de participantes; e
- Outras informações pertinentes.

Todos os eventos do Programa serão registrados mediante lista de presença, registro fotográfico e outros meios, conforme a disponibilidade.

10. Recursos Humanos e Materiais Necessários

A equipe responsável pelo desenvolvimento do Programa de Comunicação Social Durante a Construção deverá ser composta por, no mínimo, dois profissionais com experiência em relações comunitárias e comunicação social:

Comunicador Social Pleno: com experiência comprovada na execução de atividades de comunicação social e na condução de processos de licenciamento. Este será responsável pelo planejamento e condução das atividades.

Assistente de Comunicação Social Júnior: com experiência profissional anterior na implantação de programas de comunicação social.

Além dos recursos humanos são necessários alguns recursos materiais, sendo os principais:

- Material impresso e gráfico para distribuição (*folders*, cartazes, informativos, cartilhas, apostilas, *banner*);
- Material de escritório e informática;
- Apresentações multimídia e audiovisuais (a equipe terá equipamento multimídia próprio para os casos onde não houver estrutura de apresentação e exibição dos audiovisuais);
- Locais para realização de eventos;
- Conjunto de equipamentos para uso no campo (máquinas fotográficas, GPS e outros);
- Recursos logísticos em geral.

Conforme exigência da Instrução Normativa Nº 02/2012, “todos os materiais impressos ou em audiovisual de (i) divulgação de projetos condicionantes de licenças emitidas pela DILIC/IBAMA; ou (ii) exigidos enquanto medidas indenizatórias pelo licenciamento ambiental conduzido pela DILIC/IBAMA; ou (iii) que tenham sido produzidos no âmbito de um projeto de educação ambiental, que é o caso específico dos materiais produzidos para este Programa, deverão apresentar o texto:

"A realização do (nome do projeto) é uma medida (de indenização, de mitigação e/ou de compensação) exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA".

Os demais materiais que forem produzidos seguirão os itens 5.3.2 a 5.3.9 dessa Instrução Normativa.

11. Parcerias Recomendadas

O empreendedor poderá estabelecer parcerias com prefeituras dos municípios cujas áreas urbanas estão mais próximas da LT, ou com entidades representativas da sociedade civil organizada, como sindicatos, associações de moradores de bairros, entre outras.

12. Interface com outros Planos, Programas e Projetos

Por seu caráter de suporte de divulgação das atividades e resultados dos programas integrantes do PBA durante todo o processo construtivo, este Programa relaciona-se com todos os demais programas socioambientais previstos. Em especial, o Programa de Comunicação Social Durante a Construção possui interface mais direta com:

- P.02 – Plano Ambiental para a Construção;
- P.06 – Programa de Gestão Ambiental da Fase de Construção;
- P.08 – Programa de Educação Ambiental; e
- P.18 – Programa para Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações.
- Todos os Planos e Programas.

13. Aplicabilidade do Programa

| Componentes do Projeto | Aplicabilidade do Programa |
|--|-----------------------------------|
| LT CC ± 800 kV Xingu / Estreito | x |
| Estação Conversora (EC) Xingu | x |
| Estação Conversora (EC) Estreito | x |
| Eletrodos de Terra Xingu e Estreito | x |
| Linhas de Eletrodo | x |
| Estações Repetidoras de Telecomunicações | x |
| Canteiros de Obras | x |
| Acessos | x |

14. Bibliografia

HUND, G.; ENGEL-COX, J. FOWLER, K., **A Communications guide for sustainable development: how interested parties become partners**. Columbus, Ohio: Battelle Press, in press.

IBAMA. **Orientações para elaboração de Programa de Comunicação Social (PCS) executado no âmbito do licenciamento ambiental**. Nota Técnica nº 13/2012 - COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA.

JGP CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA – Linha de Transmissão CC ± 800 kV Xingu / Estreito e Instalações Associadas**. São Paulo (SP). Relatório Técnico, 2015. 2295p.